



A EDUCAÇÃO INDÍGENA E SUA EXPROPRIAÇÃO PELO HOMEM NÃO-ÍNDIO*

***Dagmar Pereti*

****Karina Toledo de Araújo*

****Simone Varela*

RESUMO

Esta pesquisa de natureza exploratória tem por objetivo conhecer como a educação indígena veio se constituindo no Brasil. Num primeiro momento, se conhecerão os objetivos e as conseqüências da (des)educação vinculada pelos europeus no processo de colonização do Brasil no Século XVI. Em seguida, será observada tentativa de integração dos índios à sociedade pelas entidades governamentais por meio da educação; o surgimento das organizações não governamentais de apoio ao índio, e suas influências no surgimento e organização do movimento indígena (Séc. XX). Com isto, busca-se perceber se é cabível a educação vinculada pelos não-índios, aos índios. Portanto, cogita-se se o melhor não seria o índio educar o próprio índio.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Indígena; Não-Índio; Expropriação; Cultura.

ABSTRACT

This research of an exploratory nature, aims at getting to know how the aboriginal education has been constituted in Brazil. Firstly, the objectives and the consequences of (dis) education linked to Europeans in the settlement process of Brazil in the 16th Century will be known. Then, the attempt made by the native Brazilians (also called Indians) to integrate in the society by means of education will be observed under governmental entities' perspective. The rising of non-governmental organizations in support of the native Brazilian community will be

* Trabalho de revisão bibliográfica desenvolvido na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, do Curso de Pedagogia da UniFil.

** Acadêmica do Curso de Pedagogia da UniFil (Magistério da Educação Infantil).

*** Docente do Curso de Pedagogia da UniFil (Orientadora da pesquisa).

E-mail: karina@sercomtel.com.br

monirela@sercomtel.com.br



studied as well as its influences in the creation and organization of the aboriginal movement (20th Century). With that, an attempt is made towards perceiving if education to native Brazilians linked to non-native Brazilians is something feasible. Therefore, the question is raised concerning the idea of Indians educating Indians.

KEY-WORDS: Aboriginal Education; Non-Native Brazilians; Expropriation; Culture.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a situação atual da Educação Escolar Indígena no Brasil. Para isso será necessário entender como a mesma se desencadeou ao longo da história.

FERREIRA (1992) divide os períodos da Educação Indígena em quatro momentos. Primeiramente, serão analisados os objetivos e as conseqüências da educação vinculada pelos europeus no processo de colonização, ou seja, durante o processo de catequização, as missões jesuíticas enviadas à nova colônia por Portugal.

Já no segundo momento, serão apresentadas a criação do Serviço de Proteção ao Índio e a Fundação Nacional do Índio, ou seja, as tentativas do Estado na integração do índio à sociedade nacional, seus objetivos suas “preocupações” com a causa indígena.

No terceiro e quarto ponto, serão estudadas e conhecidas, respectivamente: as atividades das Organizações Não-Governamentais junto às comunidades indígenas, e a organização dessas comunidades na busca de soluções para o problema da expropriação e imposição da educação dos não-índios sobre a educação indígena.

Será apresentado um quinto e último item, no qual serão vistas as diferenças antropológicas entre não-índios e índios, pretendendo comprovar a importância de uma educação escolar indígena, voltada para os interesses da sociedade indígena. Para este ponto será usado um artigo da autora e doutora em Antropologia Social, Kimiye Tommasino.

É importante ressaltar que os pontos abordados na presente pesquisa serão apenas introdutórios para um futuro aprofundamento na continuidade da pesquisa de revisão bibliográfica que deverá constituir-se na monografia de conclusão do Curso de Pedagogia.



I. O PRIMEIRO CONTATO DO ÍNDIO COM A EDUCAÇÃO FORMAL: CATEQUIZAÇÃO.

[...] O branco foi entrando, foi conversando e convencendo o índio, foi sendo deixado de lado pelos portugueses. Tudo isso aconteceu como se fosse uma brincadeira, só porque o índio não tinha estudo, era inocente [...] (TEIÊ, 2000,p.23).

A primeira fase da educação indígena formal, imposta pelos não-índios aos índios, caracterizada por FERREIRA (1992), teve início com a chegada dos jesuítas (1549). Estes tinham por objetivo aniquilar a cultura indígena e incorporar a sua mão-de-obra à sociedade nacional. Esse era um meio de promover a assimilação da vida cristã (catequese) pelo índio. Para que o índio fosse dominado e assim submisso, era utilizada a educação escolar para impor o ensino obrigatório do português.

Esse movimento de dominação, apoiado e praticado pelos jesuítas, deve-se ao movimento de Contra-Reforma, que estava acontecendo paralelamente ao das grandes navegações na Europa no Século XVI. Devido a esse fato, os jesuítas que aqui chegaram vieram o mundo sob o seu ponto de vista.

Segundo PAIVA (1982), o papa e os reis tinham por objetivo propagar e sustentar a fé católica. Esta era a verdade e tudo que estivesse fora dela era aberração, anomalia e injúria.

Todos os fatos desse período eram regidos sob a visão do “*orbis christianus*” (sistema que caracterizava toda a visão medieval de todos os homens desse tempo), que regia toda a sociedade européia na época. Por esse motivo é um erro atribuir-se apenas a um setor da sociedade (os jesuítas) essa visão do mundo (PAIVA,1982, p.24).

Para PAIVA (1982), os jesuítas tinham por objetivo introduzir na terra colonizada a religião do Império Português, este conduzido por El-Rei (Dom João III), que recebia autoridade do papa e se incumbia da extensão da fé. Por isso, os jesuítas não instauraram uma nova ordem social, mas introduziram na sociedade indígena a ordem social de quem os enviou do Império Lusitano.

Os realizadores dessa missão não tiveram sensibilidade pelo problema da diferença cultural entre eles europeus e os índios.

Com a força militar, vinham os sacerdotes missionários e todas as demais camadas da sociedade cristã. [...] Por isto mesmo não tiveram seus realizadores nenhuma sensibilidade pelo problema intercultural e não deixaram fazer-se ouvida a voz dos “bárbaros”. Fé e Império, Serviço de Deus e Serviço Meu,



irmanados na mesma totalidade, presidiram a empresa colonial (PAIVA, 1982, p.28).

Portanto, a catequese pode ser compreendida como o meio mais efetivo para a propagação da cultura europeia sobre a indígena. Nesse contexto, a mesma submeteu aos índios a condição de grupo inferior, na sociedade portuguesa, “aportuguesando-os” e lhes inculcando valores. Os índios eram colocados a serviço das igrejas e dos colonos.

A praxis jesuítica não permitia ao índio uma compreensão das normas e regras e conceitos que lhes eram impostos. A ligação do índio com a natureza era condenada, os índios deveriam obedecer uma lei.

Segundo PAIVA (1982), os conteúdos da catequese eram a doutrina cristã, ou seja, inculca-se nos índios os dogmas, princípios morais e espiritualidade, da religião portuguesa, conteúdos esses tomados no ato de comunicação, mais voltados para o interlocutor, o que dificultava o entendimento, e a compreensão pelo índio, dos termos usados pela Igreja.

Os jesuítas, através da razão, estabeleceram um mundo a parte, o qual era estruturado por conceitos, um mundo imóvel, permanente e verdadeiro, que gerou a “pedagogia da doutrinação”.... o mundo já estava pronto, tratava-se agora de declará-lo aos que chegavam. “[...] a catequese tinha por fim instruir e doutrinar, pois as verdades, objeto de uma doutrinação, já estavam prontas” (PAIVA, 1982, p.79).

Em termos gerais, fica entendido que a catequese foi um instrumento utilizado pelos portugueses para a sujeição do índio. Este não teve como reagir, devido aos métodos de doutrinação utilizados pelos colonizadores, que os aldearam, os vestiram à maneira europeia, e restringiram-nos às leis do não-índio, além de os massacrarem. Os indígenas não receberam apenas influências dos missionários, mas essa (des)educação contribuiu para que ficassem à mercê da cultura dos europeus e, dessa maneira, perdessem sua identidade e cultura, tornando-se dependentes e não mais sujeitos da sua sociedade.

Num primeiro momento, caíram-lhes do céu presentes maravilhosos: espelhos, contas, facas, tesouras, etc. Depois, lhes pediram algo em troca: trabalho, mulheres, comida, pau-de-tinta, etc. Eles não podiam reconhecer as desproporções do trato: não tinham o conceito de valor econômico. Pelo comércio, entrou a corrupção de sua sociedade e de sua cultura. Quando não se fez pela força. [...] Atrás do comerciante veio o guerreiro e veio o missionário... (PAIVA, 1982, p.101).

Portanto, foi sob esses moldes o primeiro contato que os índios tiveram com a educação formal dos não-índios.



II. A INTEGRAÇÃO DO ÍNDIO À COMUNIDADE NACIONAL: SPI E FUNAI E SUAS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.

[...] A visão do não-índio sobre índio é a seguinte: não dão valor ao índio, só porque uma lei diz que o índio é tutelado. Não dão serviço para o índio porque dizem que estes não sabem ler e se comunicar e também pelo sistema do índio, a sua convivência separada. O índio tem suas terras demarcadas ou reservadas pelo governo[...] (TEIÊ, 2000, p.35).

A criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910 marcou o início da preocupação do Estado com a questão indígena, após quatro séculos de extermínio, segundo FERREIRA (1992). O Estado, baseado nas idéias positivas do começo do Século XX, reformulou a política indigenista.

Quanto à questão escolar, iniciou-se uma preocupação com as diversas línguas e culturas indígenas. O processo de catequização, cuja ênfase do ensino religioso se dava nos trabalhos agrícolas e domésticos, e a integração do índio à mão-de-obra da sociedade vigente, ocasionarão um não interesse dos índios pela educação escolar.

Mediante essa situação, a partir de 1953, o Serviço de Proteção ao Índio elaborou um programa para a reestruturação das escolas indígenas, as quais deveriam atender às necessidades de cada grupo indígena. Tais grupos eram praticamente aculturados.

Segundo FERREIRA (1992), devido ao não interesse dos índios pela escola, as autoridades não viram necessidade de investir num ensino bilíngüe, o que ocasionou a extinção do SPI.

Diante da necessidade de uma educação bicultural, em 1967 é criada a Fundação Nacional do Índio, a Funai, a qual trouxe uma mudança mais significativa ao processo escolar indígena nesta segunda fase. “O ensino bilíngüe foi eleito pela Funai como forma de respeitar os valores tribais, adequando, na sua concepção, a instituição à realidade indígena” (CUNHA, *apud* FERREIRA, 1992, p.75).

A política em que a Funai se fundamentou e ainda está fundamenta é a dos Programas de Desenvolvimentos Comunitários (os DCs). “Tais programas foram instituídos no período pós-guerra pelos países capitalistas desenvolvidos, para criar melhores condições de vida no terceiro mundo e deter assim o avanço do socialismo” (CUNHA *apud* FERREIRA, 1992, p.76).

Para a efetivação dessa política indigenista aceita internacionalmente, a Funai se associou ao Summer Institute of Linguistics (SIL).

O ensino bilíngüe, garantido pelos especialistas da SIL, daria toda a



aparência de respeito à diversidade lingüística e cultural das sociedades indígenas. O modelo bicultural do SIL garantiria também a integração eficiente dos índios à sociedade nacional, uma vez que os valores da sociedade ocidental seriam traduzidos nas línguas nativas e expressos de modo a se adequar às concepções indígenas (FERREIRA, 1992, p.77).

Tornam-se evidentes quais eram realmente os interesses do Estado junto às comunidades indígenas com esse novo processo de ensino.

Segundo FERREIRA (1992, p.79), o material pedagógico do SIL, e não só ele, mas os utilizados pela Funai, apesar de serem traduzidos, de uma forma sucinta transmitem conhecimentos e comportamentos dos brancos aos índios.

Como aconteceu com a política do Serviço de Proteção ao Índio, isso ocasionou um desinteresse do índio pela escola, pois se utilizam do modelo das escolas rurais dos não-índios, que não valorizam efetivamente o indígena e sua cultura tradicional (ibid., p.80).

Em fevereiro de 1991, o Ministério da Educação se responsabiliza e coordena as ações referentes à educação indígena, esvaziando dessa maneira as funções da Funai. Desse modo, através de um decreto (nº 26, artigos 1 e 2), passaram as responsabilidades do desenvolvimento das ações na educação para as secretarias municipais (ibid., p.80).

Devido a muitos protestos do povo indígena, o governo, em abril de 1991, através da Portaria nº 559, garantiu aos índios o reconhecimento de suas organizações, costumes e línguas, porém não lhes deu o direito de definir como seriam as próprias concepções de educação escolar, não definindo um responsável por elaborar os Programas de Educação Indígena. Apenas assegurou ao índio o direito à escolarização formal (ibid., p.84-85). Esse fato fez com que novamente os índios não tivessem autonomia sobre sua própria educação, tornando-os tutelados do Estado, mantendo-os mais uma vez dependentes da sociedade nacional, estabelecendo, portanto, uma contradição entre os interesses do índio e os do Estado na questão da educação formal escolar.

III. O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: O APOIO À QUESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA.

[...] O não-índio tenta se aproximar do índio por algum interesse dentro da reserva, mas isto não diz que são todos os não-índios que são desta maneira; têm alguns que são bons que se aproximam para ajudar e prestar algum tipo de serviço. (JANDIRA, 2000, p.37).



De acordo com FERREIRA (1992), ao final dos anos 70 durante o regime militar, as organizações não-governamentais que defendiam a causa indígena começaram a surgir no cenário político nacional. Dentre essas organizações destacaram-se a Comissão Pró-Índio (CPI /SP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ). Essas organizações não-governamentais delinearam uma política e prática indigenista paralela à oficial.

FERREIRA (1992) menciona que os indivíduos e grupos ligados a essas instituições não-governamentais passaram a desenvolver experiências com a educação escolar nas áreas indígenas, as quais ofereciam às populações uma educação formal compatível com os projetos de autodeterminação.

Essas ONG's começaram a promover encontros nacionais para discutir e propor alternativas para a questão indígena no país. Nesses encontros discutia-se a política oficial praticada pelo governo, que era rejeitada (ibid., p.88).

Esses movimentos conquistaram a confiança do povo indígena devido à sua prática política. O trabalho das Organizações Não-Governamentais, e os encontros promovidos por elas, como observado acima, contribuíram para a mudança nas leis da educação indígena (como observado no ponto anterior) e para o surgimento das organizações dos próprios índios, como observaremos no ponto seguinte.

IV. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA: SUAS CONQUISTAS PARA UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA.

[...] Nós índios temos que ser unidos temos que fazer uma tribo de Kaingangs de verdade, temos que falar a língua indígena e mostrar que somos índios, temos que se orgulhar de sermos índios. (SILVA, 2000, p.35).

Devido aos movimentos e encontros das organizações não-governamentais nos diversos pontos do país, aconteceu paralelamente uma organização do movimento indígena, o que culminou na criação da União das Nações Indígenas e suas regionais, em 1980, no Dia do Índio, 19 de Abril (FERREIRA, 1992), provando a intensa articulação que ocorreu nesse período entre as nações indígenas no país que, segundo a autora, estabeleciam um contato permanente entre si para reestruturar a política indigenista do Estado.

A UNI passou então a promover vários encontros entre os indígenas e a representar o seu povo nas questões com o Governo e de interesse do povo



índio. No primeiro desses encontros (assembléias), os índios elegeram um presidente para representá-los nacionalmente.

FERREIRA (1992) menciona que, após a promulgação da Constituição, as assembléias continuaram a ser realizadas em todo o país. Durante essas assembléias, tiveram destaque os problemas relativos à educação escolar, como: a falta de programas bilíngües e a inadequação dos programas educativos oferecidos pela Funai e pelas missões religiosas. Portanto, “o direito à educação escolar autêntica e diferenciada, fundada nas especificidades socioculturais de cada povo, faz parte desse processo” (FERREIRA, 1992, p.101).

5. O PORQUÊ DE UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA.

Como observado nos outros quatro pontos, os índios, desde a chegada dos colonizadores no Século XVI, foram submetidos a um longo processo de sujeição que levou à expropriação de sua cultura.

Segundo TOMMASINO (2000), esse fato se explica devido à diferença da visão de mundo entre os europeus e os índios. Enquanto o índio explorava o meio ambiente para sua sobrevivência sem depredá-lo, os europeus tinham o objetivo de obter da natureza o lucro.

A autora menciona a organização social e o sistema educacional do povo indígena. Cada sociedade indígena tem sua cultura própria, mas eles têm alguns elementos em comum, como a forma horizontal em que se organizam. Claro que há hierarquia, mas se trata de uma hierarquia de funções e não de dominação. Sendo uma organização simétrica, não há relações de dominação/subordinação entre os homens, nem entre homens e mulheres, adultos e crianças, ou velhos e jovens (TOMMASINO, 2000, p.2).

As diferenças acima mencionadas evidenciam porque o índio deve ter uma educação formal diferenciada, ou seja, educada pelo próprio índio, pois os índios possuem um outro ideal de homem, de sociedade e conhecimentos próprios que são passados às gerações seguintes. Tais conhecimentos não são reconhecidos pelos não-índios, a não ser para sua exploração e seus benefícios.

CONCLUSÕES

A dizimação dos índios, a expropriação de sua cultura e educação desde o descobrimento do Brasil (1500) resultou para essa sociedade a condição de grupo inferior, e por isso não respeitado pelos não-índios. Por esse motivo, os mesmos não podem e não têm condições de continuar definindo a educação a que os



índios devem ter acesso, uma vez que suas visões de mundo são muito distintas.

Desde a catequização, quando os europeus eram regidos pelo “*orbis christianus*”, até a contemporaneidade, a sociedade capitalista, os não-índios submete os índios aos seus interesses. Portanto, faz-se necessária uma educação do índio pelo índio, para que a visão de uma sociedade justa seja propagada não só entre as comunidades indígenas, mas para que o homem individual possa aprender com o homem coletivo, não a viver para e pelo lucro, mas para o **ser** (essência). A sociedade que mata, rouba, escraviza poderá aprender os ideais de viver junto e a respeitar o diferente (o outro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Mariana K. L. *et al.* **Antropologia, História da Educação: a educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação do Brasil.** São Paulo: Global, 1992.

PAIVA, José M. **Colonização e catequese.** São Paulo: Cortez, 1982.

SANTOS, Vilma A. (Org.). **E assim começou a história que já havia começado.** Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário. Londrina: APEART, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. **Brasil 500 anos: o avesso das comemorações.** Londrina: Ed. TVCEM, ano 5, Nº14, 2000 (digitado).